

SECOVISP **MEETING** IMOBILIÁRIO

2 DE MAIO
2024



ESG e o Ambiente **Legal e Regulatório**

Patrícia Bittencourt

Gerente de Sustentabilidade e ESG do Secovi-SP



Sumário



1 ESG e a Conexão com o Setor Imobiliário

2 Ambiente Legal e Regulatório

3 Estratégias para Integração ESG

4 Rumo a um futuro mais sustentável





ESG

e a Conexão com o Setor Imobiliário

Conceito ESG



O **ESG** pode ser definido como um **conjunto de critérios ambientais, sociais e de governança**, a serem considerados, na avaliação de **riscos**, **oportunidades** e respectivos impactos, com objetivo de **nortear** atividades, negócios e investimentos sustentáveis.

Riscos e Oportunidades



Riscos Globais

2 anos



10 anos



Categorias dos Riscos



Econômicos



Ambientais



Geopolíticos



Sociais



Tecnológicos

Fonte: Global Risks Perception Survey 2023-2024, Fórum Económico Mundial.



Fonte:

https://www3.weforum.org/docs/WEF_The_Global_Risks_Report_2024.pdf

Integram a análise das seguintes questões:



Ambientais: impactos negativos e positivos das organizações no meio ambiente e do meio ambiente nas organizações.

Sociais: o impacto nas instituições e nas relações humanas e consideram mudanças potenciais ou reais na comunidade do entorno e trabalhadores ;

Governança: incluem a forma como uma organização é governada e toma decisões, incluindo a governança das principais políticas e os procedimentos ambientais e sociais.



Agenda ESG		Grandes áreas do Secovi-SP			
Pilar	Assuntos relevantes	Desenv. Urbano e Loteamentos	Incorporação	Gestão Patrimonial e Imobiliária	Administração de Condomínios
Ambiental	Uso da terra	✓	✓		
	Uso da água	✓	✓	✓	✓
	Biodiversidade	✓	✓	✓	✓
	Resíduos sólidos	✓	✓	✓	✓
	Energia	✓	✓	✓	✓
	Mudanças climáticas	✓	✓	✓	✓
Social	Colaboradores: saúde e segurança	✓	✓	✓	✓
	Colaboradores: treinamento e desenvolvimento	✓	✓	✓	✓
	Colaboradores: diversidade e inclusão	✓	✓	✓	✓
	Fornecedores: gestão socioambiental	✓	✓	✓	✓
	Relacionamento com a comunidade	✓	✓	✓	✓
	Clientes: satisfação	✓	✓	✓	✓
	Clientes: relacionamento	✓	✓	✓	✓
Governança corporativa	Estrutura de governança	✓	✓	✓	✓
	Ética e transparência	✓	✓	✓	✓
	Corrupção e conflito de interesse	✓	✓	✓	✓
	Integração ESG à estratégia	✓	✓	✓	✓

Fonte: Guia ESG do Secovi-SP

Por que é importante integrar o ESG ?

Gestão de Riscos e Oportunidades



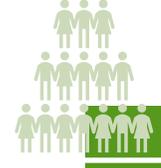
A gestão dos fatores ESG otimiza gerenciamento de riscos e permite **proteger o valor** dos ativos da organização.

Valoriza a Imagem Institucional



A estratégia ESG traz a oportunidade de **fortalecer a marca**, com potencial de ganho de valor de mercado.

Retenção e Satisfação de Talentos



Melhora o relacionamento com os colaboradores ao fortalecer o **propósito social** e valores da empresa.

Gera fidelização de Clientes



Conecta com clientes que tem a preocupação com as questões ESG.

Por que é importante integrar o ESG ?

Fica mais atrativa aos investidores



Empresas com olhar ESG tem um **risco menor** e são **mais atraentes** para investidores e gestores de ativos

Inovação e Eficiência Operacional



A busca por metas ESG muitas vezes leva a inovações que melhoram a eficiência operacional.

Melhora os resultados



Potencializa o aumento de receita e redução de custos via melhor gestão

Empresas mais resilientes



Melhora a resiliência da empresa frente aos **desafios socioeconômicos** e ambientais

Integrar o ESG é importante também, para estar preparado para as questões regulatórias

À medida que os riscos socioambientais se tornam mais bem compreendidos, as estruturas regulatórias vêm se atualizando.

As organizações que incorporam esses componentes em sua estratégia e planos de gerenciamento têm uma vantagem competitiva ao reduzir seus custos de conformidade.





Ambiente Legal e Regulatório

ESG related regulations are increasing globally



Comércio Internacional (União Europeia)



reset

Colunistas Resetpedia Quem Somos Apoiar

Europa faz acordo histórico com imposto de carbono sobre importação

Parlamento chega a acordo preliminar sobre mecanismos - e faz pressão pela adoção de mercados regulados de CO2 fora do bloco

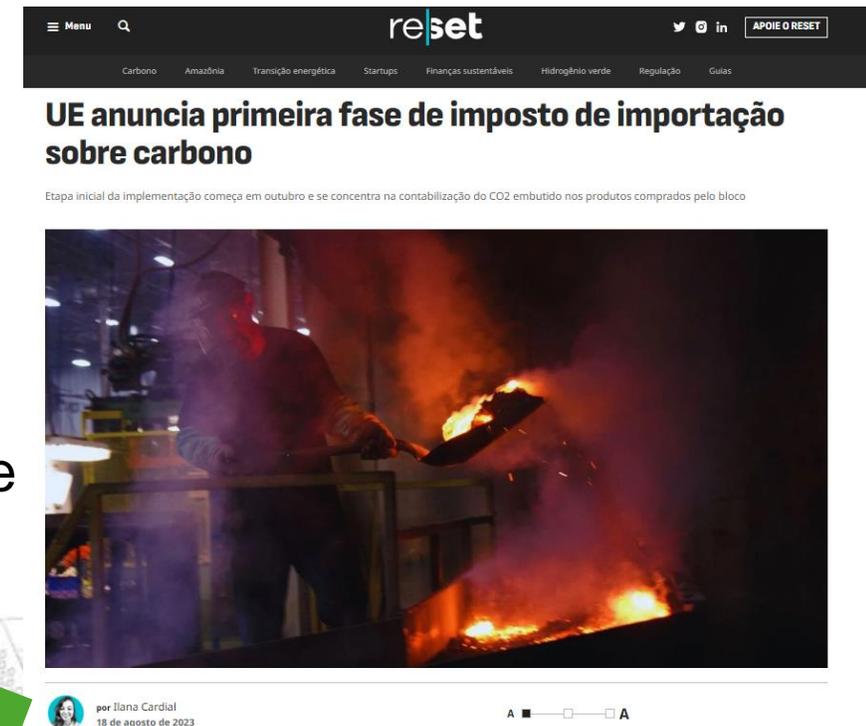


Por Natalia Viri
13 de dezembro de 2022

<https://www.capitalreset.com/europa-avanca-em-imposto-de-carbono-sobre-importacao/>



Europa: Taxação carbono sobre importados a partir de 2023 (inicialmente fertilizantes, alumínio, aço, cimento e eletricidade)



reset

Menu Carbono Amazônia Transição energética Startups Finanças sustentáveis Hidrogênio verde Regulação Guias

UE anuncia primeira fase de imposto de importação sobre carbono

Etapa inicial da implementação começa em outubro e se concentra na contabilização do CO2 embutido nos produtos comprados pelo bloco



por Ilana Cardial
18 de agosto de 2023

https://capitalreset.uol.com.br/regulacao/ue-anuncia-primeira-fase-de-imposto-de-importacao-sobre-carbono/?utm_campaign=19082023_-_cbam_semana&utm_medium=email&utm_source=RD+Station

Comércio Internacional (União Europeia)

Forbes UNDER 30 AGRO100

Início / Forbes Agro / Parlamento da UE proíbe importações de produtos ligados a desmatamento

Parlamento da UE proíbe importações de produtos ligados a desmatamento

A lei exigirá que as empresas apresentem uma declaração de que seus produtos não foram cultivados em terras desmatadas após 2020

Forbes AGRO **Reuters**

📅 19 de abril de 2023 ⌚ Atualizado há 1 mês

<https://forbes.com.br/forbesagro/2023/04/parlamento-da-ue-proibe-importacoes-de-produtos-ligados-a-desmatamento/>

Com regra da UE, sustentabilidade chega à balança comercial do Brasil

Não temos banco de dados público que possa conferir integridade à rastreabilidade das cadeias de valor brasileiras, escreve Ana Luci Grizzi



Por Ana Luci Grizzi*
17 de maio de 2023

<https://www.capitalreset.com/com-regra-da-ue-sustentabilidade-chega-a-balanca-comercial-do-brasil/>



Comércio Internacional (União Europeia)

Buscar

Valor | ESG

Parlamento Europeu aprova exigência de grandes empresas terem controle socioambiental de sua cadeia de fornecedores

Para especialistas, a Diretiva de Devida Diligência em Sustentabilidade Corporativa (CSDDD) pode também respingar em companhias brasileiras. Estados membros ainda precisam aprovar legislação

Por **Naiara Bertão**, Prática ESG — São Paulo
25/04/2024 10h48 - Atualizado há 2 dias



<https://valor.globo.com/empresas/esg/noticia/2024/04/25/parlamento-europeu-aprova-exigencia-de-grandes-empresas-terem-controle-socioambiental-de-sua-cadeia-de-fornecedores.ghtml>

Impacto no Brasil

As empresas que não pertencem à UE, mas tem um volume de negócios de mais de 450 milhões de euros gerados no mercado europeu também se enquadram na diretiva. Por isso, Abdalla, do BVA, lembra que, mesmo que uma corporação brasileira não se enquadre diretamente no escopo da Diretiva, ela pode ser impactada se fizer parte da cadeia de valor de uma empresa sujeita à legislação.

“As companhias brasileiras devem avaliar suas operações e cadeias de suprimentos para mapear possíveis impactos adversos e garantir conformidade com as disposições da Diretiva. **Isso pode exigir uma revisão das políticas existentes, a implementação de práticas de diligência sustentável e a criação de mecanismos eficazes de reclamação e remediação**”, destaca o advogado. Para ele, ser proativa no mapeamento e identificação de possíveis riscos ambientais e de direitos humanos ao longo de suas operações e cadeias de suprimentos “são passos cruciais”.

Sistema Financeiro Brasileiro



- Gestão de riscos sociais, ambientais e climáticos (Resoluções 4.943/2021 e 4.944/2021);
 - Estende os requisitos regulatórios aplicáveis à gestão tradicional de riscos a riscos sociais, ambientais e climáticos;
 - Estabelece a gestão integrada de riscos
- Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (Resolução 4.945/2021);
 - Aprimora os requisitos para as instituições financeiras desenvolverem e divulgarem uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática.

Novas regras do Banco Central refletem avanço do setor bancário na agenda sustentável

Na avaliação de especialistas ouvidos pelo **Prática ESG**, com as novas regras publicadas em 2021, o Banco Central avança em uma agenda de sustentabilidade que ganha corpo nos últimos anos no mundo financeiro global

Por Danylo Martins — De São Paulo
13/07/2022 05h07 · Atualizado há 3 dias



Na avaliação de especialistas ouvidos pelo **Prática ESG**, com as novas regras publicadas em 2021, o Banco Central avança em uma agenda de sustentabilidade que ganha corpo nos últimos anos no mundo financeiro global. "As novas resoluções do BC e do CMN são reflexos do avanço e da compreensão do setor financeiro sobre temas sociais, ambientais e climáticos", diz a professora Annelise Vendramini, coordenadora do programa de finanças sustentáveis no Centro de Estudos em Sustentabilidade (FGVces), associado à Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas. "Na prática, a gente sai de uma discussão abstrata para algo mais concreto, do como fazer, como medir."

Uma das novidades é a separação das dimensões sociais e ambientais, e a inclusão do risco climático - físicos e de transição - entre os que devem ser monitorados pelos bancos, junto com os riscos tradicionais, como os de crédito, liquidez e de mercado. "É uma resolução mais aprofundada, que dá a extensão de cada risco e traz uma lista não exaustiva de exemplos de riscos sociais, ambientais e climáticos", avalia Guilherme Piffer, sócio e diretor de finanças sustentáveis da consultoria Resultante.

<https://valor.globo.com/financas/esg/noticia/2022/07/13/novas-regras-do-banco-central-refletem-avanco-do-setor-bancario-na-agenda-sustentavel.ghtml>

Fundos de Investimento ESG

**MARCO REGULATÓRIO DOS
FUNDOS DE INVESTIMENTO**
RESOLUÇÃO CVM 175



**Uma indústria de
fundos mais moderna,
eficiente e competitiva**

Saiba mais
www.gov.br/cvm

Por um regulador forte e um mercado
de capitais mais moderno



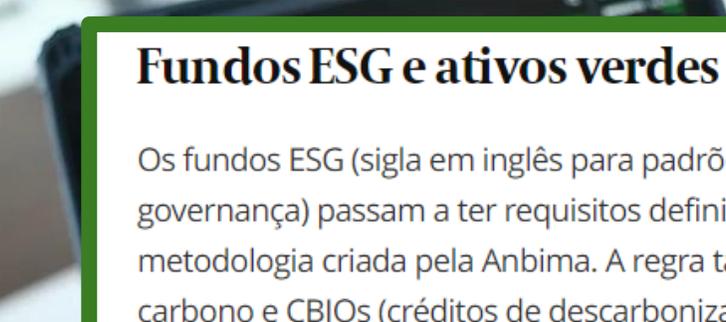
1/Out/2023

Buscar Valor | Finanças

Entenda o que muda com o novo marco dos fundos de investimento

Novas regras da CVM prometem revolucionar a indústria brasileira

Por Liane Thedim, Valor — Rio
02/10/2023 12h16 · Atualizado há 29 minutos



Fundos ESG e ativos verdes

Os fundos ESG (sigla em inglês para padrões ambientais, sociais e de governança) passam a ter requisitos definidos pela CVM, a partir de metodologia criada pela Anbima. A regra também equipara créditos de carbono e CBIOs (créditos de descarbonização comercializados por produtores e importadores de biocombustíveis). Vale a partir desta segunda-feira (2).

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2023/10/02/entenda-o-que-muda-com-o-novo-marco-de-fundos-de-investimento.ghtml>

ESG nos Seguros



Chegou, enfim, a vez dos seguros na regulação ESG

A Circular 666/2022 da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que entra em vigor em agosto, é mais uma no movimento de evitar que riscos sociais, ambientais e climáticos tragam situações infernais para o mercado e a sociedade

Por Guilherme Teixeira

10/08/2022 05h03 · Atualizado há uma semana



<https://valor.globo.com/financas/esg/coluna/chegou-enfim-a-vez-dos-seguros-na-regulacao-esg.ghtml>

Cresce o número de seguradoras que consideram ESG para selecionar clientes

Mais da metade (55%) aplicam questões de boas práticas na hora de decidir para quais empresas irão dar cobertura

Por Martina Medina, Para o Valor — De São Paulo

31/10/2023 05h05 · Atualizado há 2 meses

<https://valor.globo.com/publicacoes/especiais/seguros/noticia/2023/10/31/cresce-numero-de-seguradoras-que-consideram-esg-para-selecionar-clientes.ghtml>

InfoMoney

Faça chuva ou faça sol? Ferramentas de riscos climáticos vão ajudar as seguradoras

CNSeg lança recursos para identificação e gestão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Gilmara Santos

27/02/2024 07h05 · Atualizado 1 dia atrás



https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/faca-chuva-ou-faca-sol-ferramentas-de-riscos-climaticos-vao-ajudar-as-seguradoras/?utm_source=whatsapp&utm_medium=social

Regulações para Empresas Capital Aberto



RESOLUÇÃO CVM 59

Alterações na Instrução CVM 480

"CVM buscou atender novos anseios de investidores ao prever informações sobre aspectos ASG, em especial sobre questões climáticas, acompanhando movimento similar verificado em outras jurisdições."

Jan/2023

FINANÇAS

CVM aprova nova regra de diversidade em conselhos e diretorias; veja o que muda

Empresas deverão incluir ao menos uma mulher e uma pessoa de comunidade sub-representada ou justificar não atendimento da regra.

Publicado 4 semanas atrás em 21 de julho de 2023 - Atualizado 4 semanas atrás
por **Redação InvestNews**
Tempo médio de leitura: 4 minutos

As companhias listadas na B3 devem eleger ao menos uma mulher e um integrante de comunidade sub-representada (pessoas pretas, pardas ou indígenas, integrantes da comunidade LGBTQIA+ ou pessoas com deficiência) para seu conselho de administração ou diretoria estatutária em até dois anos a partir da vigência da regra.

<https://investnews.com.br/financas/cvm-aprova-nova-regra-de-diversidade-em-conselhos-e-diretorias-veja-o-que-muda/#:~:text=Pela%20regra%20proposta%2C%20as%20companhias,dois%20anos%20a%20partir%20da>



Regulações para Empresas Capital Aberto

Buscar

Valor | Finanças

CVM divulga orientações para adesão voluntária de empresas ao padrão global de sustentabilidade

Resolução entra em vigor a partir de 1º de novembro

Por Victoria Netto, Valor — São Paulo
20/10/2023 13h39 · Atualizado há 3 semanas

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2023/10/20/cvm-divulga-orientacoes-para-adesao-voluntaria-de-empresas-ao-padroo-global-de-sustentabilidade.ghtml>

Resolução CVM 193

20/10/2023

Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações base no padrão internacional emitido pelo *International Sustainability Standards Board* - ISSB.

(Publicada no DOU de 23.10.2023)



CVM exigirá informações de pessoas com deficiência das companhias abertas

Medida visa complementar o rol de informações prestadas sobre diversidade nos órgãos de administração e nos recursos humanos das empresas

Por Juliana Schincariol, Valor — Rio
01/02/2024 12h32 · Atualizado há 3 semanas



De acordo com a nova resolução **198**, a autarquia definiu que o detalhamento será exigido a partir de 2025. Para as empresas que desejarem prestar as informações desde já, isso poderá ser feito no campo destinado a “outros indicadores relevantes de diversidade” do formulário de referência.

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2024/02/01/cvm-exigira-informacoes-de-pessoas-com-deficiencia-das-companhias-abertas.ghtml>



Economia de Impacto, além do retorno financeiro

ESTRATÉGIA NACIONAL DE ECONOMIA DE IMPACTO – ENIMPACTO



ENIMPACTO

Estratégia Nacional de
Economia de Impacto

Políticas públicas para uma nova economia.

<https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/inovacao/enimpacto>

Notícias

Governo lança estratégia econômica para desenvolvimento socioambiental

agência **Brasil**

17/08/2023 11h28



<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2023/08/17/governo-lanca-estrategia-economica-para-desenvolvimento-socioambiental.htm>



Mercado Regulado de Carbono



Câmara dos Deputados aprova regulamentação do mercado de carbono no Brasil

Proposta foi aprovada por 301 votos a favor e 81 contrários; A matéria segue agora para análise dos senadores



Sessão da Câmara dos Deputados, em Brasília, em que foi aprovado projeto que cria sistema brasileiro de mercado de carbono
Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

João Rosa e Mariana Albuquerque, da CNN
Em Brasília

21/12/2023 às 22:52

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [G](#) [F](#)



Buscar

Valor ESG

O mercado regulado de carbono pode ajudar Brasil a manter competitividade

Estudo da WayCarbon com o ICC mostra ainda que o CBAM pode ter um impacto negativo de até US\$ 444,3 milhões na economia brasileira por meio de restrições e tributações nas exportações de produtos

Por Naiara Bertão, Prática ESG — São Paulo
09/11/2023 09h05 - Atualizado há 2 meses

<https://valor.globo.com/brasil/esg/noticia/2023/11/09/o-mercado-regulado-de-carbono-pode-ajudar-brasil-a-manter-competitividade.ghtml>

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/camara-dos-deputados-aprova-regulamentacao-do-mercado-de-carbono-no-brasil/>

Economia Circular

Senado aprova Política Nacional de Economia Circular; texto vai à Câmara

Da Agência Senado | 19/03/2024, 18h02



Projeto aprovado no Plenário estimula uso consciente dos recursos e produtos mais duráveis, recicláveis e renováveis

Waldemir Barreto/Agência Senado

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/03/19/senado-aprova-politica-nacional-de-economia-circular-texto-vai-a-camara>

O que é Economia Circular

A economia circular busca reduzir o desperdício e maximizar recursos, reciclando e reutilizando materiais em todas as etapas do ciclo de vida dos produtos.



Fontes: Fiesp

Taxonomia Sustentável Brasileira



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 25/03/2024 | Edição: 58 | Seção: 1 | Página: 1

Órgão: Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 11.961, DE 22 DE MARÇO DE 2024

Institui o Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira - CITSB, de natureza consultiva e deliberativa, com a finalidade de coordenar o desenvolvimento e a implementação da Taxonomia Sustentável Brasileira - TSB.

Parágrafo único. A Taxonomia Sustentável Brasileira consiste em sistema de classificação de atividades, ativos ou categorias de projetos que contribuam para a consecução de objetivos climáticos, ambientais e sociais, por meio de critérios específicos.

https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/spe/taxonomia-sustentavel-brasileira/publicacao_do_decreto_no_11-961_de_22_de_marco_de_2024.pdf



Destques para o setor imobiliário

Novo Programa MCMV

Medida provisória retoma programa Minha Casa, Minha Vida

Principal mudança é o retorno da faixa que atende as famílias de menor renda

15/02/2023 - 11:15

Joédson Alves/Agência Brasil



Complexo de apartamentos do Minha Casa, Minha Vida, em Santo Amaro (BA)

<https://www.camara.leg.br/noticias/939509-medida-provisoria-retoma-programa-minha-casa-minha-vida/>

Lei nº 14620 de 13/07/23

Originário da Medida Provisória (MP) 1162/23 Programa MCMV

Art 2º - Objetivos do Programa

Art. 3º - Diretrizes do Programa

Art. 13º _ Composição do Investimento

Art. 16º Requisitos Técnicos

Novo Programa MCMV

“Art. 2º São objetivos do Programa:

- I - ampliar a oferta de moradias para atender às necessidades habitacionais, sobretudo da população de baixa renda, nas suas diversas formas de atendimento;
- II - promover a melhoria de moradias existentes para reparar as inadequações habitacionais;
- III - **estimular a modernização do setor habitacional e a inovação** tecnológica com vistas à redução dos custos, à **sustentabilidade ambiental e climática** e à melhoria da qualidade da produção habitacional, com a finalidade de ampliar o atendimento habitacional;”

“Art. 3º São diretrizes do Programa:

- I - atendimento habitacional prioritário às famílias de baixa renda compreendidas nas alíneas “a” dos incisos I e II do art. 5º desta Lei;
- II - concepção da habitação em seu sentido amplo de moradia, com a integração das dimensões física, urbanística, fundiária, econômica, social, cultural, energética e ambiental do espaço em que a vida do cidadão acontece;
- III - estímulo ao cumprimento da função social da propriedade e do direito à moradia, nos termos do disposto na Constituição;
- IV - promoção do planejamento integrado com as políticas de desenvolvimento urbano, de habitação, de infraestrutura, de saneamento, de mobilidade, de acessibilidade e de gestão do território e de **forma transversal com as políticas ambiental e climática, de desenvolvimento econômico e social e de segurança pública**, entre outras, com vistas ao desenvolvimento urbano sustentável;

Novo Programa MCMV

“Art. 13º Respeitados os regulamentos específicos de cada fonte de recursos e a vinculação necessária às linhas de atendimento do Programa, são passíveis de **compor o valor de investimento** e o custeio da operação, entre outros:

I - elaboração de estudos, planos e projetos técnicos sociais de infraestrutura, de equipamentos públicos, de mobilidade, de saneamento, urbanísticos e habitacionais;

II - aquisição de imóveis;

III - regularização fundiária urbana, nos termos do disposto na Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017;

IV - aquisição ou produção de unidades ou de empreendimentos habitacionais;

V - **melhoria**, ampliação e recuperação de unidades habitacionais, inclusive daquelas **destinadas à adequação ambiental e climática;**”

“Art. 16º Os **requisitos técnicos** aplicáveis ao desenvolvimento dos projetos, das obras e dos serviços serão objeto de regulamentação do Ministério das Cidades, respeitados os regulamentos específicos de cada fonte de recursos e a necessária vinculação às linhas de atendimento, observados os seguintes aspectos:

I - acessibilidade e disponibilidade de unidades adaptáveis e acessíveis ao uso por pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida ou idosas, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 2015, e na Lei nº 10.741, de 2003; e

II - **sustentabilidade social, econômica, ambiental e climática da solução implantada**, dada preferência a soluções para acesso a fontes de energias renováveis, equipamentos de maior eficiência energética e materiais de construção de baixo carbono, incluídos aqueles oriundos de reciclagem.”

Financiamento de Projetos com Títulos Sustentáveis

Decreto 10.387/20, inclui projetos que “proporcionem benefícios ambientais ou sociais relevantes”, no rol de projetos passíveis de enquadramento como prioritários, para fins da emissão de debêntures de infraestrutura, conforme previsto na Lei nº 12.431, de 24.6.2011.

Para fins desta caracterização, referido decreto estabelece que serão considerados os seguintes setores e projetos:

Saneamento Básico

- projetos que envolvam sistemas de abastecimento de água; esgotamento sanitário; manejo de águas pluviais e drenagem urbana; manejo de resíduos sólidos urbanos e

Energia

- projetos baseados em tecnologias renováveis de geração de energia solar, eólica, de resíduos e pequenas centrais hidrelétricas com densidade de potência mínima de 4 W/m² de área alagada;

Mobilidade Urbana

- projetos de sistemas de transporte urbano sobre trilhos (monotrilhos, metrô, trens urbanos e VLT); aquisição de ônibus elétricos para sistema de transporte e implantação de infraestrutura de Bus Rapid Transit (BRT);

Projetos Sociais:

- projetos realizados em aglomerados subnormais ou áreas urbanas isoladas, conforme definido pelo IBGE.

Títulos Temáticos

Buscar

NEGÓCIOS | Colunas

Patricia

Títulos temáticos: estratégias de financiamento para projetos de infraestrutura sustentável

Os títulos temáticos podem incentivar a realização de investimentos em infraestrutura no Brasil em projetos ou iniciativas sustentáveis, à semelhança do mercado internacional

Por Marcelo Lucon, Mauro Penteado e João Demetrio Calfat Neto*

06/05/2023 06h00 · Atualizado há 3 semanas

f t w

<https://epocanegocios.globo.com/colunas/coluna/2023/05/titulos-tematicos-estrategias-de-financiamento-para-projetos-de-infraestrutura-sustentavel.ghtml>

Títulos verdes: governo lança forma inédita de financiamento de proteção do meio ambiente

Os ministros Fernando Haddad e Marina Silva e os presidentes da Câmara e do Senado estiveram no evento na Bolsa de Valores de Nova York, nos Estados Unidos.

Por Jornal Nacional

18/09/2023 21h33 · Atualizado há uma semana



<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/09/18/titulos-verdes-governo-lanca-forma-inedita-de-financiamento-de-protecao-do-meio-ambiente.ghtml>

Buscar

Valor | Finanças

Tesouro capta US\$ 2 bi em bônus 'verdes'

Títulos de sete anos inauguram emissões soberanas sustentáveis no mercado internacional

Por Rita Azevedo, Estevão Taiar e Rafael Bitencourt, Valor — São Paulo e Brasília

13/11/2023 16h30 · Atualizado há um dia

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2023/11/13/tesouro-emite-us-2-bilhes-em-ttulos-sustentveis-dizem-fontes.ghtml>





Estratégias de Integração ESG

Pensando o ESG como uma Jornada

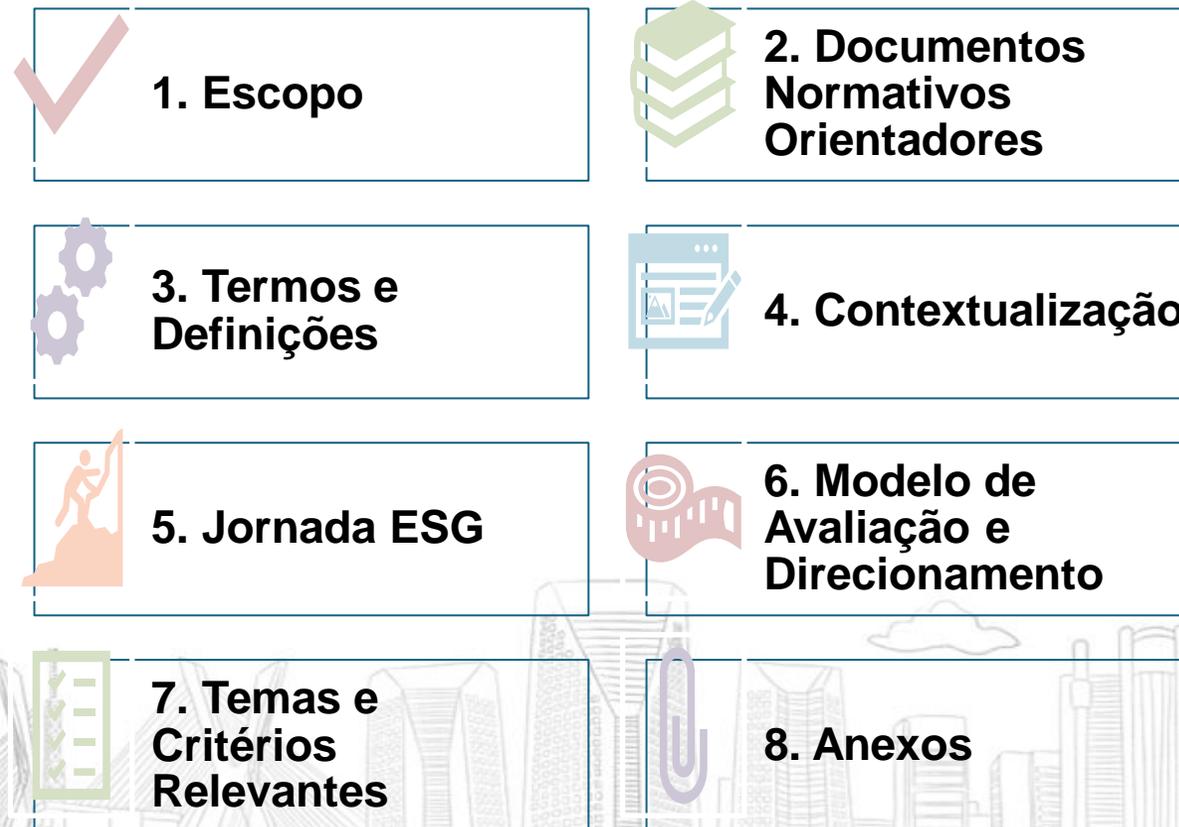


o primeiro passo é
CONHECER a trilha
que vamos percorrer.

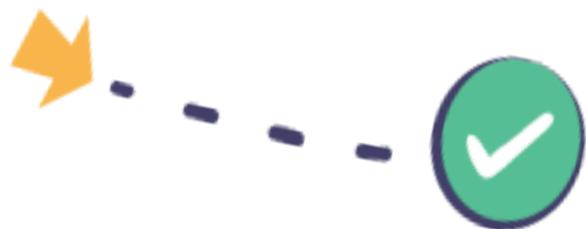
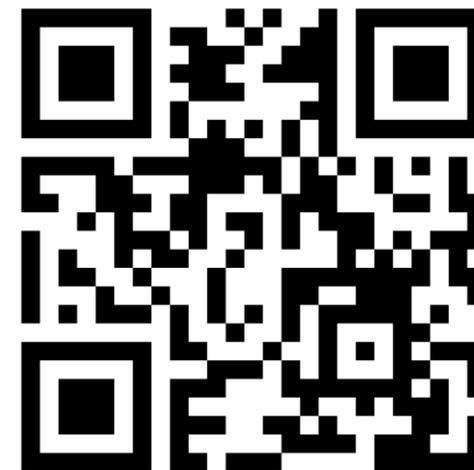
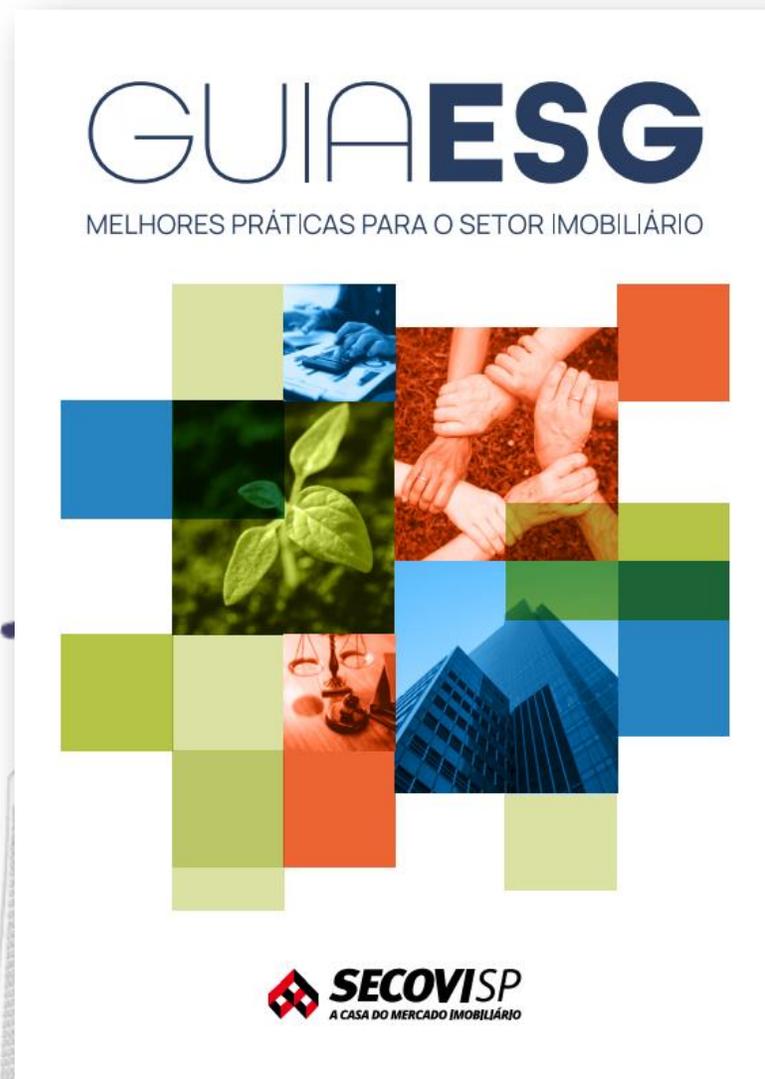
... uma referência para alinhar conceitos e preparar a empresa para a Jornada ESG



Fonte: ABNT PR2030:2022



Guia direcionado ao Setor



1. Propósito

Defina a razão de existir da empresa e os motivos que guiam a jornada ESG

3. Materialidade

Saiba quais são os temas mais relevantes do negócio e estabeleça as prioridades

5. Métricas e monitoramento

Determine os indicadores para medir o progresso das metas adotadas

7. Evolução contínua

Busque o aprimoramento constante

2. Diagnóstico

Conheça a realidade da empresa, seus principais processos, estruturas e práticas

4. Planejamento e implementação

Realize o planejamento estratégico da jornada ESG, defina metas e implemente as práticas

6. Relato e comunicação

Divulgue os resultados das práticas e metas ESG alcançados, explicando os avanços ou retrocessos

GOVERNANÇA



Gestão do negócio: trata das práticas empresariais como um todo e da integração dos fatores ESG na estratégia da empresa

Temas	Principais aspectos
Estrutura de governança	Estrutura e composição da empresa, políticas, gestão de risco, plano de sucessão
Ética e transparência	Relatórios, código de ética e conduta
Conduta empresarial, <i>compliance</i> , anticorrupção e conflito de interesse	<i>Compliance</i> , programa de integridade e práticas anticorrupção e de combate à lavagem de dinheiro
Integração ESG à estratégia	Comitê e área ESG ou de sustentabilidade



SOCIAL



Gestão dos *stakeholders*
da empresa e de toda a sua
cadeia produtiva

Temas	Principais aspectos
Colaboradores	Direitos humanos, saúde e segurança, treinamento e desenvolvimento, diversidade e inclusão, atração e retenção de talentos
Fornecedores	Controle socioambiental, certificações
Clientes	Índices de satisfação, canais de reclamações e denúncias
Comunidades	Programas de desenvolvimento, investimento de impacto



Fonte: Guia ESG do Secovi-SP

AMBIENTAL



Gestão dos recursos naturais utilizados na operação e dos impactos causados pela empresa no meio ambiente

Temas	Principais aspectos
Recursos naturais	Solo, minérios, florestas e água
Biodiversidade	Animais, plantas e microrganismos
Resíduos	Resíduos sólidos, líquidos e gasosos
Economia circular	Consumo consciente, reuso e reciclagem
Energia	Renovável e não renovável (combustíveis fósseis)
Mudanças climáticas	Emissões de gases do efeito estufa (GEE), elaboração de inventário de GEE, rota de descarbonização e meta <i>net zero</i>





**Rumo a um futuro
mais sustentável**

As boas práticas ESG contribuem para:

**Melhorar a
gestão de risco,**

**Aumentar a
reputação**

**Reduzir seus
custos**

**Fortalecer suas
relações com
as partes
interessadas**

**Estar preparado para as questões
regulatórias**

Com muitas oportunidades...

Instituições aprimoram operações de crédito sustentável

Os títulos verdes correspondem a 70% do número de transações entre 2015 e 2022, e 57% do volume de emissões

Por Roseli Loturco — De São Paulo

13/03/2023 05h02 - Atualizado há 6 dias

<https://valor.globo.com/publicacoes/suplementos/noticia/2023/03/13/instituicoes-aprimoram-operacoes-de-credito-sustentavel.ghtml>

‘Net zero’ vai demandar soluções coletivas e inovadoras

Conferências do clima da ONU só recentemente incorporaram as discussões sobre justiça climática e racismo ambiental

Por Andrea Vialli — De São Paulo

13/03/2023 05h03 - Atualizado há 5 dias

<https://valor.globo.com/publicacoes/suplementos/noticia/2023/03/13/net-zero-vai-demandar-solucoes-coletivas-e-inovadoras.ghtml>

Desenvolvimentismo sustentável e legislação

Com o novo governo, podemos esperar mudanças em dois âmbitos: o regulatório e o fiscalizatório

Por Iago Schwanke

13/03/2023 05h02 - Atualizado há 6 dias

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2023/03/13/desenvolvimentismo-sustentavel-e-legislacao.ghtml>

Que dependem

de empresas que sejam parte da solução e protagonistas de uma nova economia!





O **ESG** é uma “**nova forma**” de fazer **negócios** e o **Secovi-SP** quer **contribuir** para que as **empresas** do setor imobiliário estejam **preparadas!**

Conheça o Guia ESG

GUIA ESG

MELHORES PRÁTICAS PARA O SETOR IMOBILIÁRIO



SECOVISP
A CASA DO MERCADO IMOBILIÁRIO



<https://secovi.com.br/downloads/Guia-ESG.pdf>

Participe do Curso

SECOVISP
MEETING
IMOBILIÁRIO

UNIVERSIDADE
CORPORATIVA
SECOVISP

ESG: A PRÁTICA EM PRÁTICA NO SETOR IMOBILIÁRIO

Data de início: **21 de maio**
Terças e quintas-feiras
Das 19h às 22h

**PRESENCIAL
E ON-LINE**



 unisecovi.com.br

 (11) 5591-1300



<https://unisecovi.com.br/cursos/gestao/esg-a-pratica-em-pratica/>



Obrigada!



Patrícia Bittencourt

Gerente de Sustentabilidade e ESG do Secovi-SP

SECOVIS
MEETING
IMOBILIÁRIO



SECOVIS
A CASA DO MERCADO IMOBILIÁRIO